

DF- Metrô entrava renegociação

A 21 dias de terminar o prazo (30 de junho) para a assinatura da renegociação da dívida do DF com a União - segundo o governador Joaquim Roriz, em torno de R\$ 880 milhões -, o governo ainda não acertou o volume negociável. Ontem, ao sair de uma reunião no Ministério da Fazenda, com o ministro Pedro Malan, Roriz disse que o principal entrave é a impossibilidade legal de incluir as dívidas relativas à construção do metrô (40% do montante), porque foram contraídas depois da data-limite (31 de março de 1996), afixada pela Medida Provisória da negociação das dívidas dos estados. O governador, porém, se disse confiante numa solução antes de expirar o prazo para a negociação.

O Distrito Federal é o último dos estados a negociar sua dívida, processo pelo qual dívidas a serem pagas em quatro anos poderão ser honradas em 30 anos, com drástica redução nos juros. Em vez da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), de 13%, são cobrados juros de apenas 6%. Segundo calculou o secretário de Fazenda, Valdivino Oliveira, a diminuição das amortizações resultaria numa economia mensal de aproximadamente R\$ 14 milhões.

Todas essas vantagens, no

entanto, dependem de assinatura de acordo, que deve ser feita até o próximo dia 30. "É o prazo fatal que nós temos. Uma pendência é a Medida Provisória que só permite negociar dívidas contraídas até 96. Mas 40% da nossa dívida foi contraída com o BNDES em 97. Estamos tentando incluir essa dívida na negociação", explicou Roriz.

Depois de acertado o volume a ser negociado, o GDF decidirá a forma de pagamento imediato (e obrigatório) de 20% da dívida. "Temos três opções: negociar ações de empresas públicas (como CEB, Caesb e BRB), alienar imóveis do GDF ou financiar esse valor em até 36 vezes", enumerou o secretário Valdivino Oliveira, ressaltando, a exemplo de Roriz, que no caso de ações só seriam alienadas até 49% dos ativos. "Não perderemos o controle acionário das empresas", prometeu o governador.

Ontem pela manhã, em um Palácio do Buriti repleto de crianças, o governador anunciou a revitalização do Programa Integrado de Saúde Escolar (Pise), criado há 20 anos. Pelo Pise, a Secretaria de Educação iniciará, semana que vem, um mutirão com médicos, dentistas e técnicos de saúde nas escolas de cada regional de ensino.



Joaquim Roriz em reunião com Pedro Malan: dívida do GDF com a União chega a R\$ 880 milhões

O objetivo é detectar problemas visuais e odontológicos para posterior encaminhamento aos médicos. Segundo o coordenador do Pise, Pedro Alcântara, dez em cada 100 crianças da rede escolar apresentam problemas de visão. "As crianças passam por testes de acuidade visual nas escolas. Aquelas com

problema são encaminhadas à clínica do Pise ou aos médicos da Fundação Hospitalar, do clube Rotary (SIA) e da Fecomércio, que nos apóiam", disse Alcântara.

A secretária de Educação, Euri-des Brito, garantiu que essas crianças ganharão óculos gratuitamente - como ocorreu ontem na solenida-

de -, produzidos pela Fábrica de Óculos do GDF. "Por trás do fracasso escolar, não está só o aluno que não estuda ou o professor que não sabe ensinar. Temos de ver a saúde das crianças".

RODRIGO LEDO

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA